AS CLASSES E AS CRISES: uma análise da política conservadora e a acentuação das desigualdades no Brasil (2015-2021)

Elson dos Santos Gomes Junior[1]

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise crítica a respeito das diferenças de condições com que as classes sociais enfrentam o cenário de crise econômica. Partindo do pressuposto de que as classes dirigentes no Brasil, apesar de suas diferenças possuem em comum o traço do conservadorismo, percebemos que a defesa de seus privilégios é um importante diferencial no que tange à retomada de suas atividades e condições socioeconômicas. Neste sentido delimitamos o período de 2015-2021 como forma de salientar dois importantes aspectos, ou seja, a questão econômica e a virada conservadora onde, esta última, além de uma cultura, materializou-se através da hegemonia política e a defesa do que chamou Florestan Fernandes de "exclusivismo de classe". Com isso, além de ampliar as margens de lucro do capital e de fragilizar o aparato de proteção social, aprofundou as desigualdades e paralisou o Estado no tocante a oferta, manutenção e ampliação de serviços públicos.

Palavras-chave: Classes Sociais. Desigualdade. Conservadorismo.

ABSTRACT

This paper presents a critical analysis of the differences in conditions that social classes face in the economic crisis scenario. Assuming that the ruling classes in Brazil, despite their differences, have in common the trait of conservatism, we realize that the defense of their privileges is an important differential when it comes to resuming their activities and socioeconomic conditions. In this sense, we delimited the period 2015-2021 as a way to highlight two important aspects, that is, the economic issue and the conservative turn, where the latter, in addition to a culture, materialized through political hegemony and the defense of what he called Florestan Fernandes of "class exclusivism". With this, in addition to expanding capital's profit margins and weakening the social protection apparatus, it deepened inequalities and paralyzed the State in terms of the supply, maintenance and expansion of public services.

Keywords: Social classes. Inequality. Conservatism.

[1] Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF; Mestre em Sociologia Política - PPGSP; elsonuenf@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O enfrentamento das crises econômicas no Brasil tem seguido uma tendência de acentuação de políticas conservadoras cujo objetivo é salvaguardar as classes dirigentes dos efeitos e/ou das consequências de tais conjunturas. Temos assim assistido a perpetuação desta cultura "exclusivista" (FERNANDES, 2011) de pelo menos duas maneiras onde, em uma, o conservadorismo se detém no âmbito cultural e silencioso (ADORNO, 1995), e outro, através de ascensão ao poder e a manifestação de sua face mais agressiva e "bárbara".

Nestes temos a experiência histórica do Brasil tem sinalizado que os momentos de ampliação de direitos sociais e da melhoria da qualidade de vida das classes pobres são, em linhas gerais, seguidos de viradas agressivas para o reestabelecimento do *status quo* – tanto em termos políticos quanto em termos econômicos (FERNANDES, 1979; 2014). Considerando estas características de nossas elites dirigentes, delimitamos a análise do período entre 2015-2021 como forma de evidenciar, mais uma vez, as estratégias de manutenção de privilégios de classe no Brasil.

Esta escolha se justifica pelo fato deste período suceder a última grande década de ampliação de direitos e de diminuição das desigualdades sociais no Brasil (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). Além disso, pelo que estamos experimentando politicamente, a política de extrema direita conquistou o direcionamento político-econômico do país, e com isso, tratou de acelerar o realinhamento de seu único projeto histórico, ou seja, a manutenção dos distanciamentos de classe.

A existência deste objetivo das classes dirigentes pode ser visualizado através de um "mosaico da distribuição de renda no Brasil" onde, nos últimos quarenta anos, identificou-se que a concentração de renda se encontra, em sua maioria, entre homens, brancos, integrados no mercado formal de trabalho, moradores de zonas urbanas e da região Sudeste (SIGNOR; MOURA, 2018). Considerando estes elementos podemos questionar quais os reais objetivos das políticas econômicas dos últimos anos e sua relação com o "exclusivismo de classe" (FERNANDES, 2011).

Assim, partindo de quatro décadas de predominância de certas características no que tange às classes dirigentes e possuidoras de riquezas, como podemos interpretar a reforma trabalhista a não ser como uma forma de expurgar as classes pobres de melhores condições de vida? Ou, o que devemos esperar da agenda liberal recentemente adotada, a não ser a descarada reorientação de recursos do Estado para setores privatistas direta ou indiretamente subsidiados? O que devemos esperar do ataque ao sistema de cotas nas universidades e concursos públicos, senão que a inclusão das frações pobres e negras estão perturbando o fluxo da verticalização dos jovens estudantes das elites nas universidades públicas?

Considerando estes elementos propomos pensar que o Brasil está passando justamente por um destes períodos de reação conservadora (HIRSCHMAN, 2019), cujo objetivo é realinhar as delimitações de classe para que suas fronteiras recuem, principalmente, após os consideráveis avanços na década de 2000. Assim o percurso explicativo seguirá (I) com a exposição do conceito de classe na perspectiva conservadora e, em seguida, (II) a análise da relação entre classes sociais e crises econômicas.

Os resultados evidenciam que, no Brasil, as classes hegemônicas, em períodos de crise, buscam socializar suas perdas através de estratégias político-econômicas de cunho reacionário e conservador. Desta forma, além de saírem mais rapidamente de difíceis condições referentes a tais conjunturas, acentuam as dificuldades enfrentadas pelas classes pobres através de realinhamentos econômicos, políticos e jurídicos que, apesar de evocarem ao país e à estabilidade do Estado, privilegiam, na prática, as minorias “exclusivistas”.

2 CLASSES SOCIAIS E O CONSERVADORISMO

O conservadorismo encontra-se entre as principais correntes políticas da modernidade ao lado do liberalismo e do socialismo (BONAZZI, 1998; KINZO, 2001), suas bases encontram-se no pensamento político do inglês Edmund Burke (1729-1797) que, durante a Revolução Francesa, escreveu sua principal obra intitulada “reflexões sobre a revolução na França”.

Nela Burke (2012) estabeleceu os principais pilares do conservadorismo entre os quais podemos destacar a valorização do aparato jurídico-constitucional, a importância dada a religião cristã, a naturalização da história como resultante da vontade divina e, por último, a aversão aos ideais iluministas de reflexão e centralidade do sujeito como agente histórico (COUTINHO, 2014; MOREIRA, 2019).

Para os propósitos de nossa discussão importa-nos destacar que a sociedade como fruto da vontade divina, entre outros pontos, é o que mais nos interessa no momento. Essa interpretação da história como materialização dos desígnios de um "Ser" superior altera totalmente a concepção da perspectiva do conceito de classe social (KIRK, 2021; BURKE, 2012; COUTIMHO, 2014); ou seja, ela destoa da teoria crítica e sua ênfase no conflito e no reconhecimento da necessidade de mudanças (MARX, 1977; FERNANDES, 2005; 2008; MÉSZÁROS, 2008).

Assim para o conservadorismo inaugurado por Burke (2012) as classes sociais, apesar de suas diferenças, existem em uma sociedade "real" e histórica, cuja existência se manifesta como a maior prova de que esta deve permanecer como está (MOREIRA, 2019). A ideia de classe social ganha justificativa de ser – apesar de suas diferenças muitas vezes brutais, como no Brasil – pelo fato de operar em uma sociedade concebida como pronta.

Para os conservadores as utopias, de cunho iluminista e baseadas em possibilidades históricas passíveis de descontrole (BURKE, 2012), são verdadeiros riscos para a integridade social, uma vez que apregoam caminhos "metafísicos" para uma realidade histórica já existente e aprovada pela vontade divina. Com isso, a ideia de uma crítica à sociedade e sua organização (FERNANDES, 1979; 2014) passa como algo distante, perigoso e muito arriscado para a estabilidade social.

O conservadorismo, assim, não nega a existência das desigualdades, no entanto, salienta que estas existem por intermédio da permissão divina e pela existência de diferenciações inerentes à peculiaridade de cada indivíduo (BURKE, 2012; MOREIRA, 2019). Tomando estas características como norteadores da organização social, o conceito de classe social é tido como parte de um projeto que deu certo e que, apesar de suas diferenças e imperfeições, não vale a pena correr o risco de perder o que se conquistou.

O conservadorismo recorre desta maneira à religião, aos valores morais e à constituição como instrumentos que simbolizam a realidade atestada presumidamente por Deus. Esta existência é então uma prova de que tal organização social, ao contrário do que os utopistas acreditam, deu certo e deve permanecer como tal (BURKE, 2012; KIRK, 2021; COUTINHO, 2014; MOREIRA, 2019). O conservadorismo confirma assim que as compensações para os indivíduos marginalizados na atualidade histórica serão realizadas em outro plano existencial, por isso, em termos históricos, a aceitação das condições de classe importa para que a estabilidade balizada pela vontade divina proteja a humanidade de si mesma.

Isso remete a um outro pilar conservador, ou seja, o repúdio às mudanças drásticas, principalmente, as de cunho revolucionário (BURKE, 2012; KIRK, 2021). Para o conservadorismo tais movimentos caracterizam a dissolução da sociedade, da moral e de todas as conquistas realizadas ao longo da história, por isso, considerando tais perspectivas, temos um cenário de criminalização da luta por direitos e ampliação do exercício efetivo da cidadania.

A forma com que a cidadania é exercida, tratando agora do Brasil, é bem representativo desta cultura conservadora que não vê problema algum em ter milhões de pessoas marginalizadas e com fome, enquanto o orçamento do serviço de bordo do avião presidencial está na casa do milhão; ou, além disso, que 1% da população detenha mais de 50% do território nacional, ou que, no tocante a distribuição de renda, mais de 80% da renda dos últimos anos tenha ficado nas mãos dos ricos (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020).

O que tivemos nos últimos anos – com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a reforma trabalhista e a ascensão da extrema-direita ao poder com a agenda liberal – evidencia os resultados do desconforto causado pelos anos precedentes que foram marcados por distribuição de renda, acesso à moradia, ampliação do acesso a universidades e Institutos Federais, diminuição da fome e a diminuição da forme e da pobreza (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020).

Considerando os pontos desenvolvidos neste tópico podemos apontar, com base nos dados apresentados, que o Brasil está passando pelo auge da onda reacionária e conservadora (FERNANDES, 1979; HIRSCHMAN, 2019). Assim, no que

tange as classes sociais, estas estão sendo escamoteadas pelo discurso nacionalista ultraconservador que, entre outros fatores, usa de “semióforos” (CHAUÍ, 2000) – frases de efeito de cunho religioso, bandeira nacional, associação ao universo representativo e ideológico cristão, elementos de cultura moral e familiar – para dissimular os verdadeiros interesses e práticas contidas nas ações político-econômicas em vigor.

3 CLASSES SOCIAIS E A CRISE DE 2016

O principal objetivo deste tópico é demonstrar que “a retórica da intransigência” (HIRSCHMAN, 2019), além de promover os conteúdos da “perversidade”, “futilidade” e “ameaça” mantém o propósito de salvaguardar o “exclusivismo de classe” (FERNANDES, 2010; 2014) a qualquer custo. Assim, em um cenário de crise econômica e de pouco crescimento na economia nacional, as alternativas propostas passam pelo ataque direto aos direitos sociais para benefício do capital.

Essa via, além de prometer maior empregabilidade para o mercado interno, escondeu que esse caminho facilitou a restituição econômica para os integrantes das classes abastadas (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020); ou seja, como citado anteriormente, a solução para a crise foi justamente o oposto do que permitiu que as classes ricas, já em 2018, tivessem se recuperado das dificuldades econômicas.

Temos assim uma solução controversa para a saída da crise econômica, uma vez que as medidas socializadas para recuperação econômica colocaram milhões de brasileiros em condições de vulnerabilidade diante da relação capital-trabalho (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). Assim, quando salientamos a existência de um conservadorismo ideológica, política e economicamente comprometido com as classes dominantes, isso não se faz de forma leviana, mas sim, baseado nas medidas adotadas e nas oportunidades oferecidas para cada uma das partes – classes trabalhadoras e classe dominantes.

As frações de classes que conseguiram sair rapidamente da recessão econômica estão em condições totalmente diferentes das propostas pelo atual governo conservador para solucionar as crises de âmbito nacional. Neste sentido,

temos o que Fernandes (2008) chamou de apropriação do aparelho do Estado para a manutenção e aquisição de interesses de classe. Esses interesses são tão claros que as ações direcionadas para os setores privilegiados são totalmente diferentes das ações direcionadas para a população trabalhadora.

Temos assim, apesar de pequenas rupturas, um movimento ascendente no que tange a concentração de renda no Brasil e, quando esta é interrompida por qualquer política de cunho progressista, logo assistimos a tendência autoritária de reorientação aos trilhos da concentração de renda (SIGNOR; MOURA, 2018; SOUZA, 2018). Em ações de cunho reivindicativo e de luta por direitos, ou seja, explícita quebra das regras sociais conservadoras, assistimos ao assalto da dignidade humana através das forças repressoras do Estado e do apoio da “sociedade civil não civilizada” (BOBBIO, 1982).

Este quadro nos remete ao que Fernandes designou como “circuito fechado”, onde as estruturas sociais são monitoradas para que os excessos progressistas não se ampliem a ponto de colocar em risco o exclusivismo de classe (FERNANDES, 2014). O circuito fechado, antes de qualquer determinismo, significa uma justificativa de recusa da “retórica conservadora” (HIRSCHMAN, 2019), pois, além de nociva para os mais fragilizados socialmente, ela não se importa com o uso da força e até mesmo com a manifestação da “barbárie” (ADORNO, 1995) para a manutenção de seus privilégios.

Por isso, ao analisarmos as ações político-econômicas pós-2016, percebemos que os esforço para retirada do país da crise econômica, na verdade, tem beneficiado o capital e sua lógica em escala desumana (MÉSZÁROS, 2008). Além disso, a retórica de respeito a Constituição pode ser colocada facilmente em xeque, uma vez que estudos mostram que a ala conservadora é a responsável por quase metade das tentativas de modificação constitucional (ROCHA; SILVA, 2015).

Considerando estes elementos iremos mais detidamente a relação das classes sociais com a crise de 2016 que, na verdade, já foi bastante explicitado que, através de uma virada reacionária e conservadora (FERNANDES, 1979; 2008), o que estamos assistindo é a busca pelo restabelecimento das classes abastadas e do grande capital nacional – e internacional – as custas do consumo, condições de trabalho, serviços

essenciais, moradia e demais políticas sociais indispensáveis para a promoção da dignidade humana no Brasil.

Os dados salientam que, através de tais mudanças (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020), além de termos assistido ao descarado resgate às custas do Estado e dos recursos públicos de frações de classes abastadas, evidenciamos o desumano retrocesso em termos de distribuição de renda e diminuição da pobreza. Os autores citados chegam a afirmar que estamos experimentando mais de “uma década de retrocesso” nestes indicadores.

Um dado importante e pouco veiculado é que, além da concentração de renda, as classes abastadas se caracterizam pela concentração de bens (SOUZA, 2018). Neste sentido, além das práticas benevolentes da política conservadora, tais medidas fortalecem a concentração de renda uma vez que bens e imóveis são, comumente, responsáveis pela multiplicação do capital pois atuam como fontes de renda, muitas vezes, não contabilizadas nos estudos sobre desigualdades socioeconômicas.

Nestes termos podemos salientar que a agenda de reformas apresentada a partir de 2016 tem contribuído para que as frações de classe que detém o capital sejam as primeiras a alcançar a retomada econômica de suas atividades (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). Os prejuízos são assim socializados através do uso do aparelho estatal como fonte de ações privatistas e de cunho classista (FERNANDES, 2008) e, sessa forma, assistimos a ampliação da concentração de riquezas que se manifesta devastadora em diversas instâncias da sociedade.

Para ficarmos em apenas um exemplo, podemos citar a política atual com relação a concessão de títulos de terra. Para as populações tradicionais – indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadores sem-terra – o tratamento tem sido dado através da face “não civilizada” do Estado (BOBBIO, 1982). Para os grandes proprietários de terra e empresários do agronegócio, o governo tem realizado eventos grandiosos para a concessão de títulos de propriedade, mostrando a força da bancada ruralista extremamente atuante na política nacional.

Com esse exemplo, em um cenário de crise, percebemos como são tratadas as classes trabalhadoras e homens pobres em relação aos detentores do capital, da seguridade do emprego através de vínculos formais e brancos em sua maioria

(BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). Por isso, ao problematizarmos a relação entre a crise de 2016 e as classes sociais no Brasil, percebemos que os fatores citados são, na verdade, instrumentos de manutenção do *status quo*. Dessa forma, as citadas ameaças á economia e à estabilidade econômica nacional, mostram, através do comportamento da classe política e dos interesses representados – como o agronegócio, por exemplo –, que estamos assistindo a socialização das perdas ao mesmo tempo que privatizamos a riqueza em uma estrutura de concentração e espoliação.

Além disso, a cultura política conservadora e seu aparato ideológico e repressivo (FERNANDES, 1979; HIRSCHMAN, 2019; BOBBIO, 1982), estão fortemente atuantes para a manutenção do esperado desiquilíbrio socioeconômico como forma de manter o “circuito fechado para os pobres” (FERNANDES, 2010) e “seguro” para os ricos e abastados. Dessa forma, seja em períodos de crescimento econômico e/ou de crises, a política conservadora e autoritária vai acionar suas engrenagens para socorrer os seus iguais, mesmo que para isso, tenha que naturalizar um oceano de desigualdade através de sua “retórica da intransigência”.

4 CONCLUSÃO

A relação entre crise econômica e classes sociais pode contribuir para revelar os reais interesses de um programa político-econômico em vigor. Neste sentido, quando analisamos o discurso nacionalista atual e as políticas econômicas, percebemos que de nacional elas nada ou muito pouco possuem. Esta “retórica” (HIRSCHMAN, 2019) é na verdade uma forma de socialização das perdas via aparelho do Estado (FERNANDES, 2008).

Com isso assistimos o uso de uma série de “semióforos” (CHAUÍ, 2000) como instrumentos da ideologia conservadora cujos objetivos são o de legitimar as ações econômicas através de uma agenda cultural da moralidade e dos preceitos conservantistas. Com isso, e principalmente através da naturalização das desigualdades pelos conservadores (MOREIRA, 2019), assistimos a uma devastação

dos direitos, serviços, condições de trabalho e da dignidade das classes menos abastadas.

Urge que a “retórica da intransigência” seja combatida e questionada pelas forças da razão e da ciência, para que possamos ampliar as críticas que denunciam um escandaloso ataque a condição de humanidade para a maior parte da população brasileira. Essa, no dizer de Wallerstein (2001), não deve seguir a “retórica”, mas sim, a efetividade histórica. Assim, e somente assim, a maior parte da população brasileira será capaz de experimentar e participar dos avanços e conquistas socioeconômicas que são alcançados às custas da supressão da dignidade e dos direitos de muitos. Para tanto, devemos almejar e caminhar em prol de um modelo de desenvolvimento que pense e se dedique em ampliar a economia para “além do capital” (MÉSZÁROS, 2008).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

BARBOSA, J. Rogério; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de.; SOARES, Sergei S. D.. **Distribuição de Renda nos anos 2010 – Textos para Discussão 2610**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BONAZZI, Tiziano. **Conservadorismo**. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora UNB, 1998.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Rio de Janeiro: Top´books, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo, Hucitec, 1979.

_____. **Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo: Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

HIRSCHMAN, Albert. O. **A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KINZO, Maria D'alva Gil. **Burke: a continuidade contra a ruptura**. In WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os clássicos da política 2. São Pauto: Editora Ática, 2001.

KIRK, Russel. **A mentalidade conservadora: de Edmund Burke a T. S. Eliot**. São Paulo: É Realizações Editora, 2021.

MARX, Karl. Marx. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Ivone. **A filosofia política de Edmund Burke**. São Paulo: É Realizações Editora, 2019.

ROCHA, M. M.; SILVA, R. G. . A agenda da reforma política no Brasil: autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política - RBCP**, p. 213-246, 2015.

SIGNOR, D.; MOURA, G. V. . **Mosaico da distribuição de renda no Brasil: uma análise com base em 40 anos de dados da PNAD**. In: XXI Anpec-Sul, 2018, Curitiba/PR. XXI Anpec-Sul, 2018.

SOUZA, PEDRO. Os ricos no Brasil: o que sabemos, o que não sabemos e o que deveríamos saber. **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - BIB**, v. 85, p. 5-26, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.